

PLATAFORMA

PLATAFORMA FEMINISTA DF E ENTORNO 2026

Movimento feminista,
essa construção é nossa!

CONSTRUINDO O **BEM VIVER** PARA
AS MULHERES DO DF E ENTORNO



@plataformafeministadfentorno

A Plataforma Feminista nasceu em um tempo de urgências.

Em 2015, a Primavera Feminista ganhava espaço no país, reunindo uma nova geração de mulheres em torno da defesa de direitos e da reação à ofensiva conservadora. Na Argentina, o movimento Ni Una Menos impulsionava mobilizações contra o feminicídio e, na sequência, fortalecia a Maré Verde pela legalização do aborto.

Parecia que estávamos abrindo um novo ciclo de participação, organização e protagonismo político das mulheres. Mas também se organizavam, no Brasil e no mundo, forças reacionárias que pretendiam interromper esse movimento.

Em 2016, a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, foi afastada da Presidência por um golpe, essencialmente misógino, contra seu mandato e contra a democracia. Nos Estados Unidos, Donald Trump chegava à Presidência, impulsionando uma nova onda conservadora que ultrapassaria as fronteiras daquele país. No Brasil, os golpistas se apressavam em impor uma agenda de retrocessos sociais e trabalhistas, enquanto uma extrema direita se preparava para disputar o poder pelo voto.

Foi nesse ambiente que, ainda em 2017, começamos a construir a Plataforma Feminista do DF e Entorno. Havia urgência de unidade feminista em todo o mundo, mas também uma pergunta muito concreta: como transformar a força que as mulheres demonstravam nas ruas em capacidade coletiva de disputar os rumos da política e das instituições?

Percorremos o Distrito Federal em rodadas de diálogo com mulheres ativistas, pesquisadoras, movimentos e coletivos. Ouvimos diferentes territórios, debatemos suas realidades e construimos propostas. Muitas de nós nos preparávamos para disputar uma eleição pela primeira vez. Não queríamos enfrentar isso sozinhas. Queríamos compartilhar conhecimentos, construir uma agenda comum, segurar as mãos e fortalecer umas às outras. Afinal, “eu não posso andar só”.

Então chegou 14 de março de 2018.

Marielle Franco foi assassinada. Uma vereadora eleita foi arrancada da vida e da política. Seu assassinato atravessou o movimento de mulheres, o movimento negro, as dissidências sexuais, as periferias e defensoras e defensores dos direitos humanos no mundo inteiro. A pergunta “Quem mandou matar Marielle?” atravessou também aquele ano eleitoral.

Foi nesse caldo político que muitas de nós decidimos nos candidatar. Diante de uma extrema direita que crescia atacando mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTI+, sem-terra, movimentos sociais e direitos conquistados, nossa resposta não poderia ser o isolamento. Precisávamos estar juntas.

A Plataforma Feminista de 2018 nasceu dessa necessidade. Era uma agenda para o Distrito Federal construída a partir da vida das mulheres e dos territórios, mas também um espaço de encontro entre candidatas, movimentos e coletivos. Mulherizar a política, para nós, nunca significou apenas colocar mais mulheres nos lugares tradicionalmente ocupados por homens. Significava - e significa - construir outras formas de chegar, permanecer e exercer o poder, e fazê-lo coletivamente.

E a Plataforma deveria sobreviver às eleições: comprometer candidatas e candidatos com uma agenda feminista e manter pontes entre movimentos, mulheres que disputavam as instituições e aquelas e aqueles que fossem eleitos. As eleições terminariam; nossa capacidade de organização, incidência e cobrança precisava permanecer.

Oito anos se passaram.

Resistimos a retrocessos, estivemos à beira de um novo golpe de Estado, vimos movimentos refluírem e outros surgirem, defendemos e conquistamos direitos e acumulamos aprendizados. Algumas urgências de 2018

PLATAFORMA FEMINISTA DF E ENTORNO 2026

permanecem dramaticamente atuais, outras ganharam novas dimensões. A pandemia escancarou a centralidade e a distribuição profundamente desigual do trabalho de cuidado. A crise climática passou a atravessar concretamente nossas vidas. A misoginia encontrou novas formas de organização nos ambientes digitais. Persistem as desigualdades raciais e de gênero, a precarização e a plataformização do trabalho e as violências contra mulheres e meninas. E a democracia mostrou, mais uma vez, que precisa ser permanentemente defendida, aprofundada e reinventada.

Em 2026, voltamos a nos encontrar.

Mulheres de diferentes territórios, gerações, trajetórias, identidades e experiências colocaram novamente a Plataforma em movimento. Esta atualização resulta de novos exercícios de escuta, divergências, formulações e sínteses coletivas. Saudamos cada mulher que trouxe sua experiência, seu conhecimento, sua militância e sua visão de mundo para esta construção. É dessa pluralidade que nasce a força da Plataforma Feminista 2026.

Ao reorganizarmos nossas propostas, escolhemos colocar no centro aquilo que sustenta a vida, inspiradas nas formulações latino-americanas do Bem Viver, de raízes profundas nas cosmovisões dos povos originários. Bem Viver não é simplesmente “viver bem”: é referência para pensar outras relações com a vida, o cuidado, o trabalho, a cidade, a natureza e o poder, questionando a sociedade fundada na exploração das pessoas e da natureza. É perspectiva decolonial que nos desafia a enfrentar o racismo, o patriarcado e outras formas de opressão e a colocar a sustentação da vida no centro das decisões públicas.

É a partir dessa perspectiva que organizamos a Plataforma em cinco dimensões inseparáveis: Bem viver é cuidado; Bem viver é colocar pessoas e natureza no centro; Bem viver é autonomia; Bem viver é viver livre de violências; e Bem viver é compartilhar poder.

Em 2026, retomamos também a vocação que estava em nossa origem: conectar quem luta, quem formula, quem disputa e quem ocupa os espaços de decisão. Às candidatas e aos candidatos que pedem o voto das mulheres do Distrito Federal e do Entorno, apresentamos compromissos que queremos ver assumidos na campanha e transformados em ação política depois dela, pelas pessoas que forem eleitas.

Esta Plataforma é memória das lutas que nos trouxeram até aqui, expressão das urgências do nosso tempo e compromisso coletivo com a transformação do presente. Oito anos depois, seguimos apostando naquilo que nos colocou em movimento: a política que queremos não se constrói sozinha. “Com vocês, ando melhor”.

Construção contada por *Talita Victor*

O QUE NOS MOVE

Historicamente - e ainda hoje - as políticas públicas que alcançam as mulheres são aquelas desenhadas para o público em geral (chamadas políticas universais) e aplicadas às mulheres pela mera composição demográfica, ou dirigidas a públicos específicos, mas sem a devida consideração das características e desigualdades próprias de gênero, raça e etnia.

Programas voltados a crianças não enxergam as particularidades de ser menina, menos ainda de ser menina negra, indígena ou rural. Programas voltados à população idosa não enxergam as particularidades de ser uma mulher idosa, menos ainda de ser uma mulher idosa negra, indígena ou rural. Programas voltados à saúde não consideram as especificidades do metabolismo feminino, menos ainda as relacionadas às mulheres negras, indígenas e de outras etnias. Programas voltados ao esporte não enxergam o potencial das mulheres atletas, tampouco as barreiras que elas enfrentam para desenvolvê-lo. Programas de crédito a negócios não enxergam o modo como o gerente do banco avalia a mulher empreendedora e como gênero, raça e etnia podem interferir nessa avaliação.

É um universo de desigualdades naturalizadas que fica submerso no oceano das políticas e dos gastos públicos. As mulheres estão nas políticas públicas, nas estatísticas, pagam tributos, recebem serviços públicos; mas estar presente não significa necessariamente ser enxergada em suas especificidades e particularidades... e o que não se enxerga dificilmente se transforma.

Outro aspecto trágico da sociedade que falha em enxergar as desigualdades de gênero, raça e etnia é a ausência (ou insuficiência) de tratamento de questões crônicas (de longa data) e críticas (agudas) que acometem exclusivamente as mulheres, pelo fato de serem mulheres. São problemas nem sequer partilhados com os homens, ou vivenciados por eles nas mesmas condições, mesmo considerando as diferenças de gênero. É o caso da desvalorização, da desqualificação e da violência contra as mulheres na vida doméstica, no meio urbano, no ambiente social, na práxis política, nas atividades econômicas. E entre as mulheres desvalorizadas e violadas, estão no topo as negras, as indígenas, os quilombolas, as rurais. Não se trata apenas de somar desigualdades. Trata-se de reconhecer que gênero, raça, etnia, território e classe se interseccionam e fazem com que as mesmas políticas produzam efeitos profundamente distintos sobre diferentes mulheres.

Nenhum instrumento é mais eloquente para lançar luz sobre esse universo de desigualdades do que o das finanças públicas, pois é nesse campo que as escolhas da sociedade ganham materialidade: quem financia o Estado, quem recebe recursos, quais necessidades públicas são priorizadas em detrimento de outras. Ainda hoje não há qualquer normativo estabelecendo que as decisões sobre o gasto direto (orçamento) e o indireto (benefícios fiscais, política de crédito) sejam previamente analisadas sob a perspectiva de gênero, raça e etnia.

Longe de ser neutra, a matriz tributária é flagrantemente aprofundadora das desigualdades de gênero, raça e etnia. Além disso, o orçamento público não dispõe de mecanismos que permitam identificar as mulheres - e as diferenças entre elas - no espaço fiscal. Quanto contribuem para o Estado? Quanto recebem do Estado? De quais políticas se beneficiam? Quem permanece à margem? Qual o grau de participação das mulheres nas escolhas públicas? Em que medida as escolhas alocativas reduzem ou reproduzem as desigualdades?

É nesse contexto que também precisam ser examinadas as decisões financeiras do poder público e das instituições sob seu controle. Operações de crédito, garantias, renegociações e outras formas de mobilização de recursos públicos não são neutras em seus efeitos: quando riscos patrimoniais de uma instituição financeira pública (como o Banco de Brasília) são convertidos em compromissos fiscais de longo prazo para o Tesouro, seus custos e consequências passam a alcançar toda a sociedade. O compromisso assumido hoje pode reduzir, por anos, a margem de decisão orçamentária futura, afetando a capacidade do Estado de repor servidores, ampliar serviços e financiar políticas públicas essenciais. A questão, portanto, não se resume ao valor imediato de uma operação, mas à combinação entre o endividamento assumido, as garantias oferecidas, as restrições fiscais decorrentes e a possibilidade de novos aportes, que podem comprometer a capacidade futura de financiamento de áreas como saúde, educação, assistência social, segurança, mobilidade e políticas de cuidado.

A conversão de riscos financeiros em compromissos públicos exige, assim, especial atenção à transparência, à responsabilidade fiscal e ao controle democrático. Receitas públicas constitucionalmente destinadas à estabilidade financeira do Estado, inclusive aquelas que possam ser vinculadas como garantias, integram o espaço fiscal que sustenta direitos e políticas públicas. Do mesmo modo, restrições prolongadas à criação de cargos, realização de concursos, recomposição de equipes, expansão de programas e criação de novas despesas não podem ser analisadas apenas como questões contábeis: elas repercutem concretamente sobre a capacidade do Estado de responder às necessidades da população. A saúde das instituições públicas é relevante, mas sua sustentabilidade não pode ser dissociada da sustentabilidade fiscal do ente que as controla nem da preservação de sua capacidade de assegurar direitos.

Importante também dizer que a transformação digital acelerada de hoje torna indisfarçável aquilo que já sabemos há muito: a justificativa para esse estado de coisas não é meramente técnica. É social e, portanto, política: está nos processos de escolha sobre o que é importante criar, mensurar, financiar e transformar e, igualmente, sobre aquilo que se escolhe não enxergar.

E nenhum sistema de finanças será qualificado por gênero, raça e etnia se os processos de formulação e de implementação de políticas, programas e serviços públicos não o forem em primeiro lugar. Não há orçamento sensível a gênero, raça e etnia se a política pública que lhe dá origem não for capaz de enxergar essas desigualdades. Portanto, urge que a Administração Pública brasileira reavalie o modo como as propostas são geradas, avaliadas e decididas, incorporando as reflexões sobre quem se beneficia, quem permanece à margem e sobre quem recaem os custos das escolhas públicas. Urge que a produção de dados e estatísticas se abra para a perspectiva de gênero, raça e etnia, reconhecendo as desigualdades que os números agregados frequentemente escondem. Urge que a composição dos colegiados da alta governança pública seja representativa da sociedade e que esses colegiados espelhem, em suas decisões, a visão sistêmica da diversidade. Afinal, quem participa das decisões também influencia aquilo que é visto como problema, aquilo que se torna prioridade e aquilo que encontra espaço no orçamento público.

A plataforma que agora apresentamos é um dos instrumentos voltados a tornar visíveis essas desigualdades e apoiar a proposição de mecanismos transformadores dos modelos mentais, comportamentais e materiais que fundamentam nosso viver em coletividade.

Tornar visível, aqui, não é apenas produzir informação. É criar condições para questionar escolhas, revelar desigualdades encobertas pela aparente neutralidade das políticas e das finanças públicas e ampliar a capacidade do Estado e, principalmente, da sociedade de transformá-las. Porque aquilo que o orçamento público não enxerga corre o risco de permanecer sem prioridade, sem recursos garantidos, sem resposta. E aquilo que permanece invisível nas contas públicas continua presente e latente na vida das mulheres: o direito de viver em coletividade sem medo, sem sofrimento, sem discriminação, sem barreiras.

Rita de Cássia L.F. Santos

Fernanda Tercetti Nunes Pereira

EIXO 1

Bem viver é cuidado: a sustentação da vida e das famílias no DF e Entorno.

Cuidar é sustentar a vida. Uma sociedade que reconhece o cuidado como direito e responsabilidade coletiva precisa superar a histórica atribuição dele às mulheres (especialmente às mulheres negras), redistribuir o tempo e o trabalho de cuidado e garantir uma rede pública capaz de acolher as necessidades das pessoas e das famílias.

No DF e Entorno, isso significa assegurar autonomia econômica e tempo de vida às mulheres, serviços públicos de qualidade, equipamentos territorializados, redes comunitárias fortalecidas e territórios seguros, saudáveis, acessíveis e solidários. Afinal, Bem viver é garantir que nenhuma pessoa tenha de cuidar sozinha e que nenhuma mulher tenha de abrir mão de sua própria vida para sustentar a vida de outras.

Nesse sentido, as mulheres do DF e Entorno esperam que as pessoas eleitas se comprometam a:

- 1** implementar a **Política Distrital do Cuidado**, reconhecendo o cuidado como direito, trabalho e responsabilidade coletiva, compartilhada entre Estado, famílias, comunidades, mulheres e homens, com perspectiva feminista, antirracista, anticapacitista e interseccional;
- 2** construir uma **rede pública, territorializada e intersetorial de cuidados**, articulando saúde, educação, assistência social, habitação, transporte, cultura, esporte, segurança alimentar e urbanismo, com prioridade para os territórios e populações em maior situação de vulnerabilidade;
- 3** ampliar os equipamentos públicos de cuidado, convivência e proteção social, especialmente creches, escolas de tempo integral, cuidotecas, centros comunitários e intergeracionais, serviços para pessoas idosas e com deficiência e equipamentos para crianças e adolescentes, assegurando horários compatíveis com as necessidades das famílias;
- 4** reconhecer, valorizar e redistribuir o **trabalho doméstico e de cuidados**, garantindo direitos, remuneração e proteção social às pessoas que cuidam e criando mecanismos de apoio às cuidadoras, inclusive aquelas que deixam ou reduzem o trabalho assalariado para cuidar de familiares;
- 5** promover a **autonomia econômica e a redução da sobrecarga de trabalho das mulheres**, com políticas de renda, trabalho decente, redução da jornada de trabalho, fim da escala 6x1, progressiva redução da jornada semanal, ampliação das licenças parentais e garantia de afastamentos para o cuidado de filhos e familiares;
- 6** responsabilizar os **homens e toda a sociedade pelo trabalho de cuidado**, promovendo desde a primeira infância uma mudança cultural que supere a divisão sexual do trabalho e reconheça o cuidado como responsabilidade de todas as pessoas, especialmente por meio de educação não sexista e de planos específicos;
- 7** garantir **cuidado integral ao longo de todo o ciclo da vida das mulheres**, com atenção à saúde física e mental, gestação, envelhecimento, deficiência, infância, adolescência e população em situação de rua, assegurando serviços públicos de qualidade, prevenção de doenças, saúde mental e atenção às necessidades específicas da população trans;
- 8** priorizar **mulheres negras e demais grupos historicamente vulnerabilizados nas políticas de cuidado**, especialmente mulheres negras, mulheres indígenas, mães solo, mulheres idosas, mulheres com deficiência, mulheres trans, trabalhadoras informais e mulheres responsáveis pelo cuidado de familiares, enfrentando simultaneamente racismo, sexismo, capacitismo, etarismo e outras desigualdades estruturais;

- 9** fortalecer as redes comunitárias e territoriais de cuidado, apoiando coletivos de mulheres, iniciativas comunitárias, redes de solidariedade e projetos protagonizados por mulheres negras, além de garantir a participação das comunidades na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas;
- 10** transformar os territórios em espaços de cuidado, convivência e bem viver, ampliando áreas verdes e arborizadas, espaços públicos acessíveis, seguros e livres de carros, equipamentos de cultura, lazer, esporte, descanso e convivência, especialmente nas periferias;
- 11** assegurar financiamento público suficiente, infraestrutura, profissionais e transparência para as políticas de cuidado, garantindo infraestrutura, equipes profissionais e condições materiais para sua implementação, com recomposição dos quadros de servidores públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social e cultura, e com transparência nas operações financeiras e decisões de investimento do DF que possam afetar sua capacidade de assegurar direitos sociais;
- 12** planejar as políticas de cuidado com base na escuta das necessidades reais de cada território, fortalecendo a produção e utilização de dados e pesquisas do IPEDF, com participação social e avaliação permanente dos serviços e resultados.

EIXO 2

Bem viver é colocar pessoas e natureza no centro: cidades para a vida e o equilíbrio ambiental.

Bem viver é construir cidades que sustentem a vida, e não cidades que obriguem as pessoas a sobreviver. Isso exige enfrentar as desigualdades territoriais, garantir moradia, mobilidade, saneamento, alimentação saudável, serviços públicos, áreas verdes e segurança ambiental, colocando tanto as pessoas (em especial as mulheres e as populações historicamente vulnerabilizadas) quanto o Cerrado no centro das decisões sobre o território. Significa preparar o DF e Entorno para a crise climática, com políticas de adaptação e mitigação, democratizar o acesso à cidade e à natureza e assegurar que nenhuma mulher precise escolher entre morar perto do trabalho, cuidar da família, acessar serviços públicos e viver com segurança e

Por isso, reivindicamos que as pessoas eleitas trabalhem para:

- 1** construir cidades para as pessoas, não para o concreto, assegurando que o território onde cada uma vive não limite seu acesso a direitos, serviços públicos, oportunidades, cultura, lazer e qualidade ambiental, e conferindo prioridade às regiões periféricas e aos territórios de maior vulnerabilidade socioambiental e econômica;
- 2** promover justiça territorial na distribuição dos investimentos públicos, descentralizando recursos e equipamentos para todas as regiões administrativas e garantindo, nos territórios periféricos, infraestrutura e serviços públicos de qualidade, como saúde, educação, assistência social, segurança, cultura, esporte, lazer, iluminação, água, saneamento e arborização;
- 3** garantir moradia digna, acessível e bem localizada, com prioridade para famílias em situação de vulnerabilidade, mães solo, pessoas idosas, assentamentos e população rural, articulando programas habitacionais, aluguel social e modalidades de moradia compartilhada a equipamentos públicos, áreas verdes e serviços essenciais;
- 4** garantir saneamento básico, segurança hídrica e infraestrutura urbana adequada, com universalização do acesso à água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e prevenção de enchentes, priorizando as comunidades mais vulneráveis e combatendo as desigualdades territoriais;
- 5** preparar o DF e o Entorno para o enfrentamento da crise climática, incorporando a resiliência climática ao planejamento urbano, fortalecendo a Defesa Civil em todas as regiões administrativas e implantando sistemas de prevenção, alerta e resposta a enchentes, incêndios, ondas de calor, seca e outros eventos extremos, com prioridade para as áreas de maior vulnerabilidade;
- 6** garantir uma política de arborização e infraestrutura verde para todo o DF, com distribuição equitativa de árvores e áreas verdes entre as regiões administrativas, preservação e recuperação do Cerrado, proteção das nascentes, criação e conservação de parques e espaços naturais e ampliação de áreas de convivência próximas às moradias;
- 7** garantir às mulheres o direito à cidade e à natureza, assegurando espaços públicos acessíveis, seguros, arborizados e bem cuidados para convivência, lazer, cultura, esporte e descanso, de modo que mulheres e meninas possam circular, trabalhar, estudar, acessar serviços, se divertir e retornar às suas casas com autonomia e segurança;

- 8 **garantir mobilidade urbana pública, acessível, integrada e sustentável**, ampliando e qualificando ônibus e metrô, expandindo a malha cicloviária, melhorando calçadas e pontos de parada, priorizando o transporte coletivo e adotando políticas de gratuidade ou subsídio, a fim de beneficiar sobretudo as famílias monoparentais e mulheres e meninas;
- 9 **reduzir a dependência do transporte individual motorizado**, priorizando o transporte coletivo, a mobilidade ativa e soluções sustentáveis, inclusive com incentivo a cooperativas de transporte protagonizadas por mulheres e adoção de medidas que limitem progressivamente a circulação excessiva de automóveis;
- 10 **fortalecer a agricultura familiar, a agroecologia e a economia solidária**, garantindo assistência técnica, crédito, regularização fundiária, comercialização e políticas de apoio às mulheres do campo, assentamentos e produtoras familiares, além de fortalecer iniciativas de economia circular e criativa e ampliar programas de aquisição de alimentos;
- 11 **garantir alimentação saudável, adequada e sustentável para todas as pessoas**, ampliando o acesso a alimentos produzidos pela agricultura familiar e agroecológica e priorizando alimentos orgânicos e saudáveis na alimentação escolar e nas políticas públicas de segurança alimentar;
- 12 **proteger e democratizar o uso da terra e do território**, combatendo a grilagem, prevenindo ocupações em áreas de risco, garantindo o uso socialmente justo e ambientalmente sustentável da terra e assegurando a demarcação e preservação das terras indígenas no DF;
- 13 **fortalecer a educação ambiental e a consciência climática**, incorporando a sustentabilidade, a preservação do Cerrado, o uso racional da água, o trabalho com resíduos, a prevenção de riscos e a alimentação saudável às políticas educacionais e às ações permanentes de formação da população.
- 14 **garantir planejamento urbano democrático, transparente e participativo**, assegurando a participação efetiva das comunidades, especialmente das mulheres e dos grupos historicamente vulnerabilizados, na formulação, execução e fiscalização das políticas territoriais, dos planos urbanos e das licitações públicas;
- 15 **fortalecer a cultura, a convivência comunitária e a participação social nos territórios**, recuperando praças, Casas de Cultura e demais espaços públicos e apoiando iniciativas culturais, coletivos, economia solidária e economia criativa, em especial nas regiões historicamente menos contempladas pelos investimentos públicos;
- 16 **adotar uma perspectiva feminista e antirracista no planejamento urbano e ambiental**, reconhecendo que mulheres negras, indígenas, pobres, mães solo, mulheres com deficiência, mulheres idosas, mulheres do campo, povos e comunidades tradicionais e populações periféricas são desproporcionalmente afetadas pela precariedade da moradia, da mobilidade, da infraestrutura e pelos impactos da crise climática;
- 17 **defender a soberania nacional sobre nossas riquezas naturais e nossos bens comuns**, protegendo o Cerrado, as águas, a biodiversidade, os territórios e os modos de vida das populações que deles dependem, e assegurando que sua utilização esteja subordinada ao interesse público, à justiça socioambiental, à preservação ambiental e ao Bem Viver das presentes e futuras gerações.

EIXO 3

Bem viver é autonomia: o desenvolvimento que interessa às mulheres.

Autonomia é ter condições concretas para escolher os rumos da própria vida. Para as mulheres, especialmente as mulheres negras, indígenas, periféricas, rurais, com deficiência, ciganas, trans, idosas, jovens, mães solo e trabalhadoras informais, essa possibilidade é limitada por desigualdades de gênero, raça, etnia, classe e território e pela sobrecarga histórica do trabalho doméstico e de cuidados. Por isso, um projeto de desenvolvimento comprometido com o Bem Viver precisa colocar a vida, a dignidade, a justiça social e a sustentabilidade no centro da economia, garantindo trabalho decente, igualdade salarial, renda, formação, crédito, oportunidades de empreendedorismo e proteção social, ao mesmo tempo em que redistribui o trabalho de cuidado e fortalece as redes públicas e comunitárias de apoio. O sistema financeiro público, por seu turno, deve estar a serviço da autonomia econômica das mulheres e do desenvolvimento socialmente justo, ampliando o acesso ao crédito, ao financiamento e às oportunidades produtivas para aquelas historicamente excluídas do sistema financeiro, em especial as mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, rurais e trabalhadoras informais.

Desenvolver o DF pensando nas mulheres é assegurar que todas tenham condições materiais para trabalhar, estudar, empreender, cuidar de si e de suas famílias e, sobretudo, decidir livremente sobre seu tempo, seu trabalho e seu futuro.

Nesse sentido, instamos as pessoas eleitas que chamem para si a responsabilidade de:

- 1** **promover a autonomia econômica das mulheres como política de Estado**, garantindo condições reais (mediante políticas públicas direcionadas) para que todas possam trabalhar, estudar, empreender, gerar renda, cuidar de si e de suas famílias e decidir sobre os rumos de suas próprias vidas, independentemente de raça, etnia, território, idade, deficiência, identidade de gênero, orientação sexual ou situação familiar;
- 2** **construir políticas de trabalho decente, emprego e renda com perspectiva feminista e antirracista**, ampliando oportunidades de inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, enfrentando a precarização, promovendo igualdade de oportunidades, paridade salarial e igualdade nas condições de contratação, carreira e aposentadoria;
- 3** **garantir igualdade salarial e combater as desigualdades e discriminações no mundo do trabalho**, fortalecendo a fiscalização e a aplicação das normas de igualdade remuneratória, proteção à maternidade e enfrentamento ao assédio e à discriminação, com responsabilização efetiva dos agressores e proteção às trabalhadoras;
- 4** **ampliar a formação, qualificação profissional e capacitação técnica das mulheres, com oferta pública e gratuita de cursos em áreas diversificadas, inclusive aquelas historicamente ocupadas por homens**, preparando mulheres para as transformações e novas tecnologias do mundo do trabalho e para novas oportunidades de geração de renda, no contexto da transição para arranjos digitais e flexíveis;
- 5** **garantir políticas de inclusão socioprodutiva e apoio ao empreendedorismo das mulheres**, especialmente das mulheres negras, indígenas, periféricas, rurais, jovens, idosas, com deficiência, mães solo, trabalhadoras informais e trans, oferecendo formação, assistência técnica, crédito acessível e de longo prazo e apoio à gestão e comercialização;
- 6** **ampliar o acesso das mulheres ao crédito e ao financiamento produtivo, inclusive por meio de bancos públicos, notadamente o BRB**, instituindo indicadores, metas anuais e mecanismos de transparência com recortes de gênero, raça e etnia, para ampliar e assegurar a destinação de recursos de microcrédito e financiamento a pequenos negócios, empreendimentos coletivos e iniciativas lideradas por mulheres, com prioridade para mulheres negras, periféricas, rurais, trabalhadoras informais e empreendedoras de baixa renda;
- 7** **fortalecer a economia solidária, comunitária, cooperativa, criativa, verde e circular**, apoiando empreendimentos liderados por mulheres, coletivos e redes de produção e comercialização e criando canais permanentes para a venda de produtos e serviços, inclusive shoppings populares, lojas colaborativas, redes virtuais, feiras comunitárias e iniciativas que articulem produção artesanal, agroecológica e hortifrutigranjeira;

- 8 promover políticas de desenvolvimento econômico inovadoras e experimentais que coloquem a vida, a dignidade, a sustentabilidade e a justiça social no centro, valorizando formas de produção e organização econômica que fortaleçam os territórios e não reproduzam exploração, desigualdades ou precarização do trabalho;
- 9 redistribuir socialmente o trabalho de cuidado, fortalecendo a Política Distrital do Cuidado e incorporando o cuidado aos orçamentos e às políticas de desenvolvimento econômico, com ampliação de creches, escolas em tempo integral, cuidotecas, lavanderias comunitárias, restaurantes e outros serviços que reduzam a sobrecarga das mulheres;
- 10 criar uma rede de apoio às mulheres trabalhadoras e empreendedoras, com atenção especial às trabalhadoras informais, mães solo, mulheres negras e periféricas, mulheres de baixa escolaridade, jovens e idosas e mulheres com deficiência, articulando cuidado, formação, proteção social, acesso a direitos e oportunidades econômicas;
- 11 ampliar as possibilidades de conciliação entre trabalho, estudo, renda e vida familiar, assegurando políticas de proteção à maternidade e ao cuidado e formas de organização do trabalho compatíveis com as responsabilidades familiares, sem que a flexibilidade seja utilizada para precarizar ou reduzir direitos trabalhistas;
- 12 garantir renda e proteção social para mulheres em situação de vulnerabilidade, incluindo a criação de políticas de renda básica e o enfrentamento das desigualdades de gênero no acesso à previdência e à proteção social;
- 13 fortalecer as políticas de ação afirmativa e reparação social, ampliando mecanismos de cotas e garantindo oportunidades para mulheres negras, mulheres com deficiência, mulheres trans e outros grupos historicamente excluídos, inclusive no serviço público e nas políticas de qualificação e inserção profissional;
- 14 promover a inclusão e a permanência de mulheres trans no mundo do trabalho, com políticas de incentivo à contratação, qualificação profissional, combate à discriminação e ampliação de sua participação no serviço público;
- 15 fortalecer a presença do Estado nos territórios, garantindo serviços públicos, infraestrutura, educação, formação, crédito e oportunidades de trabalho e renda também nas periferias e áreas rurais, com atenção especial às mulheres que vivem e trabalham nesses territórios;
- 16 garantir às mulheres do campo condições para sua autonomia econômica, ampliando infraestrutura e serviços públicos nas áreas rurais e fortalecendo a agricultura familiar, a agroecologia, a sociobioeconomia, a formação técnica, o acesso a crédito, a comercialização e as iniciativas produtivas protagonizadas por mulheres;
- 17 fortalecer institucionalmente as políticas para as mulheres, assegurando orçamento adequado, estrutura permanente e profissionais qualificados para a Secretaria da Mulher e seus equipamentos, bem como capacidade de execução e presença territorial das políticas públicas;
- 18 democratizar o acesso das mulheres às políticas públicas de desenvolvimento, simplificando editais, criando mecanismos diversificados de acessibilidade, ampliando a divulgação das oportunidades e tornando informações, programas de crédito, formação, financiamento e apoio à produção acessíveis às mulheres e aos coletivos que historicamente encontram maiores barreiras burocráticas.

EIXO 4

Bem viver é viver livre de violências: enfrentar as violências é defender nossos direitos.

Viver sem violência é condição fundamental para o Bem Viver e para o exercício pleno da cidadania. As violências que atingem mulheres e meninas não são fatos isolados, mas expressões de desigualdades estruturais de gênero, raça, etnia, identidade de gênero, classe, território, idade e outras formas de discriminação, as quais restringem a liberdade, a autonomia e o direito de viver com dignidade. Por isso, enfrentá-las exige ação pública permanente, integrada e territorializada, que combine prevenção à violência, educação para o respeito; proteção, acolhimento e acesso à justiça para as mulheres e meninas em situação de violência, além de responsabilização dos agressores, sem deixar de enfrentar o machismo, o racismo, a misoginia, a lgbtfobia, o capacitismo, o etarismo e as expressões de violência produzidas nos ambientes digitais.

Uma sociedade livre de violências é aquela que protege mulheres e meninas impedindo que a violência aconteça, acolhe sem revitimizar, responsabiliza quem agride e garante às mulheres condições para viver, circular, trabalhar, amar, cuidar e participar da vida pública com liberdade e segurança.

Diante disso, as mulheres do DF e do Entorno requeremos das pessoas eleitas:

- 1** construir política permanente, territorializada e intersetorial de prevenção às violências contra mulheres, meninas e pessoas vulnerabilizadas, articulando educação, saúde, assistência social, segurança pública, cultura, esporte e participação comunitária para atuar antes que a violência aconteça;
- 2** implementar política transversal de educação para a igualdade de gênero e os direitos humanos, presente desde a educação infantil até o ensino superior, promovendo respeito, equidade, resolução não violenta de conflitos e enfrentamento ao machismo, à misoginia, ao racismo e a outras formas de discriminação;
- 3** formar permanentemente profissionais da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e do sistema de justiça em perspectiva de gênero, raça, etnia e direitos humanos, garantindo atendimento qualificado, humanizado e livre de revitimização;
- 4** enfrentar a misoginia, o discurso de ódio e a violência de gênero nos ambientes digitais, regulando as plataformas, criminalizando a misoginia, regulamentando a investigação e responsabilização de crimes virtuais, o monitoramento de redes extremistas e o uso de tecnologias para proteger mulheres e meninas.
- 5** promover campanhas públicas permanentes de conscientização sobre igualdade de gênero e enfrentamento às violências, mobilizando escolas, meios de comunicação, espaços comunitários, ambientes de trabalho e redes sociais para transformar padrões culturais que naturalizam a violência;
- 6** fortalecer a rede pública integrada de proteção e acolhimento às mulheres, ampliando delegacias especializadas, Casas da Mulher Brasileira, casas-abrigo e serviços territoriais de saúde, assistência social, apoio psicológico, orientação jurídica e proteção às crianças e adolescentes;
- 7** garantir atendimento rápido, integrado e sem revitimização às mulheres em situação de violência, concentrando serviços sempre que possível, fortalecendo protocolos interinstitucionais e assegurando acesso facilitado à denúncia, à proteção e ao acompanhamento continuado;
- 8** assegurar o acesso efetivo à justiça para as mulheres, com maior agilidade processual, aplicação obrigatória de protocolos de gênero, fortalecimento das corregedorias e responsabilização de agentes públicos que reproduzam violência institucional ou negligenciem os direitos das mulheres;
- 9** ampliar a investigação, responsabilização e punição dos autores de violência contra mulheres e meninas, aperfeiçoando os mecanismos de registro, monitoramento e execução das medidas protetivas e fortalecendo instrumentos de responsabilização dos agressores;
- 10** desenvolver políticas específicas de prevenção voltadas a homens e meninos, promovendo educação para masculinidades não violentas, corresponsabilidade, cuidado e enfrentamento à cultura da violência e da misoginia;
- 11** garantir autonomia econômica como estratégia de prevenção à violência, articulando políticas de emprego, renda, qualificação profissional, proteção social e cuidado para que nenhuma mulher permaneça em situação de violência por dependência econômica;

- 12** **levar informação, proteção e serviços às mulheres em todos os territórios**, fortalecendo redes comunitárias de apoio, canais de alerta e comunicação, integrando e divulgando dados públicos com transparência divulgação dos direitos e mecanismos de proteção especialmente nas periferias, áreas rurais e comunidades mais vulneráveis;
- 13** **garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres**, assegurando acesso integral, gratuito e livre de barreiras às políticas de saúde sexual e reprodutiva no SUS, respeitando a autonomia das mulheres sobre seus corpos e seus projetos de vida;
- 14** **ampliar a participação das mulheres nos espaços de decisão e controle social**, garantindo paridade de gênero e fortalecendo os conselhos de direitos, a governança democrática e a presença das mulheres na política, na gestão pública e nas instâncias de formulação e fiscalização.

EIXO 5

Bem viver é compartilhar poder: fortalecer a democracia e compartilhar poder.

Não há democracia plena quando as mulheres estão ausentes dos espaços onde as decisões são tomadas ou aparecem neles sub-representadas. No DF e Entorno, compartilhar poder significa enfrentar as desigualdades de gênero, raça, etnia, classe, território, idade e deficiência que historicamente limitam a participação política das mulheres e reconhecer que participar é também ter tempo, recursos, informação, formação, segurança e condições materiais para decidir. Um Estado verdadeiramente democrático precisa garantir a presença das mulheres em toda a sua diversidade nos espaços de poder, fortalecer a participação popular e o controle social e levar a escuta e a decisão para os territórios, especialmente os mais vulnerabilizados. Compartilhar poder é transformar a participação das mulheres de presença simbólica em poder efetivo de fala, decisão, liderança e definição dos rumos das políticas públicas.

Com isso em mente, as mulheres do DF e Entorno reivindicam que as pessoas eleitas se comprometam a:

- 1** **garantir a paridade e a representação interseccional das mulheres nos espaços de poder e decisão**, assegurando sua presença nos governos, administrações regionais, conselhos, conferências, fóruns e demais instâncias de participação e gestão pública, com atenção especial às mulheres negras, indígenas, rurais, com deficiência, idosas, jovens e LGBTI.
- 2** **fortalecer a democracia participativa e o controle social**, ampliando e democratizando conselhos, conferências, fóruns territoriais e organizações comunitárias e garantindo sua autonomia, representatividade e condições materiais de funcionamento, inclusive com revisão das normas que regulam os conselhos comunitários.
- 3** **levar a participação popular aos territórios**, criando mecanismos permanentes de escuta, consulta e deliberação junto às comunidades, especialmente nos territórios de maior vulnerabilidade, para que as mulheres participem da definição das prioridades de investimento e da formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, sobretudo as mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, rurais, com deficiência, idosas, jovens, mães solo, mães atípicas, ciganas, LGBTI, em situação de rua e privadas de liberdade.
- 4** **garantir recursos e condições materiais para a participação política das mulheres**, reconhecendo que cuidado, transporte, acessibilidade, alimentação, horários adequados, segurança e acesso à informação e à formação são condições indispensáveis para democratizar a participação e evitar que a política seja privilégio de quem dispõe de tempo e recursos.
- 5** **criar e fortalecer programas permanentes de formação política e cidadã para mulheres e meninas, com letramento eleitoral crítico, conhecimento sobre direitos e instituições, funcionamento do Estado, orçamento público e participação social**, priorizando mulheres dos territórios periféricos e fortalecendo novas lideranças comunitárias.
- 6** **incorporar a educação para a democracia, a cidadania, os direitos humanos e a soberania corporal à formação de crianças e jovens**, criando programas e práticas pedagógicas que estimulem a participação, o pensamento crítico, o conhecimento da história política e o exercício democrático desde a escola e já na educação infantil.
- 7** **criar espaços permanentes de formação, organização e articulação política das mulheres**, fortalecendo lideranças, coletivos, organizações comunitárias e movimentos sociais e ampliando as possibilidades de participação das mulheres nos debates políticos e partidários.

- 8 garantir financiamento público e acesso democrático a recursos para projetos, coletivos, organizações e movimentos sociais de mulheres, com editais simplificados, transparência, critérios de equidade e mecanismos que permitam a participação de iniciativas dos territórios mais vulnerabilizados.
- 9 enfrentar o machismo, o racismo e a violência política contra as mulheres, garantindo ambientes seguros para que elas possam falar, discordar, propor, disputar e exercer poder sem serem silenciadas, deslegitimadas, ameaçadas ou submetidas à violência política e institucional;
- 10 ampliar a presença das mulheres negras e de outros grupos sub-representados nos espaços de poder, adotando políticas de ação afirmativa, cotas e paridade como instrumentos de reparação e democratização das instituições públicas e políticas;
- 11 garantir acessibilidade e medidas de inclusão para a participação política das mulheres, considerando as necessidades específicas de mulheres com deficiência, idosas, gestantes, lactantes, mães acompanhadas de crianças, mulheres indígenas e demais grupos que enfrentam barreiras físicas, linguísticas, econômicas ou culturais;
- 12 fortalecer a autonomia e a capacidade de organização política das mulheres do campo e das comunidades tradicionais, reconhecendo sua contribuição para a agroecologia, as agroflorestas, a soberania alimentar e a sustentabilidade dos territórios e assegurando sua participação nas decisões que afetam suas comunidades;
- 13 garantir transparência, acesso à informação, participação social e mecanismos de controle sobre as políticas públicas, os orçamentos e as instituições que administram recursos públicos, permitindo que as mulheres acompanhem e incidam sobre as decisões que afetam suas vidas e seus territórios, inclusive sobre políticas de crédito, financiamento e investimento de instituições financeiras públicas;
- 14 promover a ocupação e a permanência das mulheres nos espaços de poder, articulando formação política, redes de apoio, políticas de cuidado, proteção contra a violência política e condições institucionais que permitam não apenas chegar ao poder, mas exercer efetivamente a liderança e participar das decisões.

Consolidação das propostas por *Cleide Lemos*

UM PACTO EM DEFESA DO BEM VIVER

Este documento ancora a potência da mobilização das mulheres organizadas no Distrito Federal e demarca um projeto de sociedade que nos garanta o direito à vida com dignidade: saúde, água e alimentação de qualidade, autonomia econômica e afetiva e segurança na vida privada e nos espaços públicos.

Reunimos aqui um conjunto de propostas orientadoras para a formulação de políticas públicas e programas de governo, para a construção de propostas legislativas e, também, para o monitoramento das ações do Estado e para a participação social das mulheres e de seus coletivos políticos.

Nesta edição da Plataforma, as propostas estão organizadas da mesma maneira como se organizam as nossas vidas: integradas na inteireza do nosso existir.

Rebelamo-nos contra as caixinhas conceituais que fragmentam a vida e buscamos construir um olhar capaz de considerar os diversos enredos, dimensões e dinâmicas da existência. Escolhemos apontar para o futuro do DF com base em propostas para o Bem Viver, em um mundo atravessado por profunda crise civilizatória, marcada pelo esgotamento das condições de vida no planeta, pelo aprofundamento das desigualdades e por uma economia cada vez mais orientada à maximização dos lucros, especialmente no ambiente digital.

Ainda assim, ousamos acreditar e apostar na construção de um futuro justo, igualitário, sustentável e digno para todas as pessoas.

Em nossa realidade particular, recusamo-nos também a aceitar o silenciamento diante da grave crise financeira que atingiu o patrimônio público e o Banco de Brasília. Não aceitaremos que as consequências de decisões das quais a população não participou sejam transferidas para a sociedade por meio de ajustes fiscais, congelamento de investimentos públicos ou privatização de serviços essenciais. Não aceitaremos que a conta seja paga pelas mulheres e pela população que mais depende das políticas públicas.

Por isso, neste momento, afirmamos que não aceitaremos cortes, contingenciamentos ou congelamentos de recursos que comprometam as políticas sociais e os serviços públicos indispensáveis à garantia de direitos e ao atendimento das demandas das mulheres do DF e Entorno.

Esperamos de todas as candidaturas que assumirem compromisso com a Plataforma Feminista 2026 - e, de maneira ainda mais firme, daquelas que forem eleitas - a defesa intransigente do orçamento público e das políticas sociais.

Propomos, assim, a instituição de um Pacto em Defesa das Políticas Sociais no Distrito Federal, que assegure recursos, investimentos e continuidade às políticas públicas essenciais e impeça que crises financeiras, ajustes fiscais ou decisões de governo sejam utilizados para retirar direitos e fazer recair, mais uma vez, sobre as mulheres e sobre as populações mais vulnerabilizadas o peso das escolhas econômicas.

Defender o orçamento público é defender direitos. Defender as políticas sociais é defender a vida. E defender a vida das mulheres é condição para construirmos, de fato, uma sociedade do Bem Viver.

Assinam,

Joluzia Batista

Rita Andrade

Organizações, coletivos, movimentos e instituições que participaram da construção da Plataforma Feminista 2026

A Plataforma Feminista 2026 é fruto de uma construção coletiva, plural e democrática, feita por mulheres, organizações, coletivos, movimentos e instituições comprometidas com os direitos e o bem viver das mulheres no DF e Entorno. Registrar essas participações é reconhecer as experiências, os saberes, as lutas e as muitas vozes que contribuíram para as propostas reunidas neste documento.

- ABJD - Associação Brasileira de Juristas pela Democracia
- AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras
- Artistas com doenças invisíveis
- Associação Combatendo a Fome - Projeto Social Um Dia Sem Fome
- Câmara Legislativa do Distrito Federal
- CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
- CineDelas
- Coletivo Afro-Indígena Col'Al
- Coletivo BordaLuta
- Coletivo Filhas da Mãe
- Coletivo Mobiliza DF
- Coletivo/Associação Mães na Luta
- COMDEMA - Comissão de Defesa do Meio Ambiente
- CUT-DF - Central Única dos Trabalhadores no Distrito Federal
- FENADADOS - Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares
- Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal
- Frida Lab
- Indígenas da Etnia Gavião
- Instituto Brasileiro de Execução Penal
- Instituto Territória
- Levante Feminista Contra o Feminicídio, o Lesbocídio e o Transfeminicídio
- Levante Mulheres Vivas
- Liderança da Comunidade Cigana Romani Lovara
- MAMA - Movimento Autônomo de Mães
- Mandato da Deputada Erika Kokay
- MMM - Marcha Mundial das Mulheres
- Movimento Brutas
- MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
- Rede Mulheres de Axé do Brasil
- Regenera
- TRAFEM - Associação Trafeminista - Pelas Pessoas Trans do DF e Entorno
- UBM-DF - União Brasileira de Mulheres do Distrito Federal
- UNEGRO - União de Negros pela Igualdade

COMITÊ ORGANIZADOR

- Joluzia Batista
- Rita Andrade
- Cleide Lemos
- Thamy Frisselli
- Ana Paula Cusinato
- Raissa Rossiter
- Luci Ribeiro
- Mona Lisa Nascimento
- Talita Victor